

**EFICIÊNCIA E COMPETITIVIDADE DAS TAXAS DE JUROS DO SISTEMA  
FINANCEIRO NACIONAL PRIVADO, ESTATAL E COOPERATIVISTA**

**Área temática: 06 - Finanças**

## **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo compreender a eficiência e competitividade das taxas de juros do período de 2012 a 2019 do sistema financeiro nacional privado, estatal e cooperativista. Para representar os segmentos financeiros foram selecionadas as maiores Instituições no sentido carteira de crédito e ativos sendo que o setor cooperativo foi representado pelo SICCOOB, segmento privado pelo Bradesco, Itaú e Santander e o segmento público pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Foi realizado uma pesquisa documental sobre o histórico da taxa básica de juros – Selic, das taxas de juros das modalidades de cheque especial, conta garantida e crédito pessoal e o histórico dos lucros líquidos dos segmentos analisados. Concluímos que o setor cooperativista possui maior eficiência nas taxas de juros para com seus correntistas e que a movimentação da taxa básica de juros possui razoável relação com as praticadas no mercado nas modalidades estudadas.

### **Palavras-chave**

Cooperativismo; crédito; *spread*; taxa de juros; taxa Selic.

## **ABSTRACT**

The present study aims to understand the efficiency and competitiveness of interest rates for the period 2012 to 2019 of the private, state and cooperative national financial system. To represent the financial segments, the largest institutions were selected in the sense of credit and asset portfolio, the cooperative sector being represented by SICCOOB, the private segment by Bradesco, Itaú and Santander and the public segment by Banco do Brasil and Caixa Econômica Federal. A documentary research was carried out on the history of the basic interest rate - Selic, of the interest rates of overdraft facilities, guaranteed account and personal credit and the history of net profits of the analyzed segments. We conclude that the cooperative sector has greater efficiency in interest rates towards its account holders and that the movement of the basic interest rate has a reasonable relationship with those practiced in the market in the studied modalities.

### **Keywords**

*Cooperativism; credit; spread; interest rate; Selic rate.*

# 1. INTRODUÇÃO

O assunto taxa de juros vem fomentando discussões expressivas no cenário econômico nacional, por causa da alta redução da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Mesmo com essa atitude do Comitê, não vemos influência no mercado varejista. Segundo Resende (2019), é necessário compreender que as taxas aplicadas pelos Bancos tradicionais/Cooperativas de Crédito não possuem influência a taxa básica de juros e sim, variam de acordo com o risco de crédito e o prazo de contrato. Quanto mais alto o risco e mais longo o prazo, mais alta a taxa de juros. Destaca-se que as taxas cobradas do consumidor no varejo refletem o risco de crédito, o prazo e também a competição ou falta de competição no sistema financeiro.

Diante a cobrança dos juros dos seus clientes, as instituições financeiras possuem o spread bancário que é a diferença entre a remuneração que o banco paga ao aplicador para captar um recurso através de vários tipos de investimentos e o quanto esse banco cobra para emprestar o mesmo dinheiro. Assim, é calculado a rentabilidade da instituição financeira. Ou seja, o spread é o indicador da lucratividade da Organização desconsiderando suas despesas administrativas.

O presente estudo é orientado pela seguinte questão de pesquisa: Qual a eficiência e competitividade das taxas de juros do período de 2012 a 2019 do sistema financeiro nacional privado, estatal e cooperativo?

Para integrar os segmentos cooperativo, privado e estatal escolhemos as maiores instituições financeiras no sentido de carteira de crédito e ativos que são:

- a. Cooperativo: SICCOOB.
- b. Privado: Bradesco, Itaú e Santander.
- c. Estatal: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Partimos do pressuposto que o SICCOOB possui taxas competitivas e eficiência no mercado de crédito varejista que tem como objetivo atingir. Tendo em vista estar presente no mercado há 28 anos, visão positiva do mercado e apresentado um crescimento significativo, conforme Portal do Cooperativismo Financeiro e a mídia cooperativista sempre mostrar como maior diferencial as taxas de juros. Pressupomos também que a taxa Selic possui influência nas taxas praticadas pelas instituições financeiras, considerando ser a taxa básica de juros imposta pelo Banco Central do Brasil.

A pesquisa tem como objetivo geral compreender se as taxas de juros da modalidade de cheque especial, conta garantida e crédito pessoal estão proporcionando eficiência e competitividade aos sistemas financeiros nacionais privado, estatal e cooperativista no período de 2012 a 2019.

Para concretização do objetivo geral estabelecem-se os seguintes objetivos específicos:

- a. Levantar o histórico do período de 2012 a 2019 da taxa SELIC;
- b. Levantar o histórico do período de 2012 a 2019 das taxas de cheque especial, conta garantida e crédito pessoal;
- c. Analisar de forma comparativa as taxas de juros praticadas pelos segmentos bancários em estudo;
- d. Analisar a influência da taxa básica do Banco Central – SELIC na cobrança de juros ao devedor final;
- e. Analisar o impacto da flutuação das taxas de juros no lucro das Instituições Financeiras.

As Cooperativas de Crédito estão crescendo em média 20% ao ano em operações, enquanto o país passava por uma grave crise econômica. Instituições financeiras que estão em evidência quanto a taxa de juros praticadas, ao crescimento na participação de mercado, ativos e operações de crédito.

Com isso, temos a necessidade de verificar e analisar se realmente esse crescimento permanecerá, pois por mais que a empresa esteja no mercado há um longo período, não há certeza de permanecer no sistema financeiro. É necessária uma gestão financeira adequada e eficiente.

O trabalho se justifica pelo fato que nenhuma organização está totalmente segura e garantida na forma de administrar suas finanças. Além de termos uma imensa necessidade de compreender as flutuações da taxa básica de juros – SELIC e o reflexo para o mercado varejista.

## **2. O SISTEMA SICOOB**

Em dezembro/2015, o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, na linha cooperativa, era composto de 487 cooperativas singulares, 15 centrais e a Confederação Nacional de Cooperativas de Crédito do Sicoob – Sicoob Confederação, entidade de terceiro nível que, além de empresa líder do Sistema e sua porta-voz institucional, se ocupa de atividades de apoio aos negócios das cooperativas, envolvendo TI, gestão de pessoas, marketing, normas, auditoria interna, gestão de risco operacional e controles internos, compras corporativas, entre outras.

Como organizações não cooperativas, compõem ainda o Sicoob: a) o Banco Cooperativo do Brasil S/A (Bancoob); b) a Sicoob DTVM (subsidiária integral do Bancoob, gestora de recursos de terceiros); c) a Sicoob Previ (entidade fundacional, patrocinada pelo Bancoob, provedora de soluções de previdência privada); d) a Ponta Administradora de Consórcios (subsidiária integral do Bancoob, responsável pelos produtos de consórcios) e e) a Cabal Brasil (joint venture entre Bancoob, controlador, e grupo cooperativo argentino, com os papéis de processadora de cartões, bandeira e adquirente, nesse caso especialmente em relação ao cartão BNDES).

A essas empresas, irá se juntar a seguradora do Sicoob, em processo de constituição, também controlada pelo Bancoob, e a parceria (na forma de acordo operacional) entre o Banco e corporação global para atuar na área de adquirência (credenciamento) de meios eletrônicos de pagamento.



Figura 1: Estrutura do Sicoob

Quanto ao Bancoob, o seu papel institucional é assegurar condições de competitividade às cooperativas no campo dos negócios, oferecendo-lhes um completo portfólio de soluções negociais, ocupando-se também da gestão de liquidez do Sistema e da sua conexão com o mercado financeiro, além de exercer atividades corporativas especializadas no interesse do conjunto das cooperativas (gestão de risco de mercado, de liquidez e de crédito, ouvidoria, consultoria jurídica, entre outras).

Presente em 23 estados da Federação e no Distrito Federal (em dez/2013 ainda não atuava no Ceará, em Sergipe e em Roraima), o Sicoob oferece serviços em mais de 2.200 pontos de atendimento, que beneficiam cerca de 2,7 milhões de cooperados. Em média, cada cooperativa do Sicoob possui 4,3 pontos de atendimento.

Do universo de associados do Sicoob, 33% são provenientes dos estados de Minas Gerais, 20% de São Paulo e 20% de Santa Catarina, totalizando 73%. Nesses estados estão também localizados 70% dos pontos de atendimento e 65% dos ativos totais administrados pelo Sistema, mostrando uma ligação direta entre associados, rede de atendimento e volume de ativos.

Cerca de 50% dos associados do Sicoob residem em municípios com menos de 50 mil habitantes.

### 3. ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

De acordo com Assaf Neto (2012), o Sistema Financeiro Nacional pode ser dividido em duas partes distintas: subsistema de supervisão e subsistema operativo. O subsistema de supervisão se responsabiliza por fazer regras para que se definam parâmetros para transferência de recursos entre uma parte e outra, além de

supervisionar o funcionamento de instituições que façam atividade de intermediação monetária. O subsistema operativo, também chamado de intermediação, é composto por todas as demais instituições financeiras, monetárias ou não, oficiais ou não, como também demais instituições auxiliares, responsáveis, entre outras atribuições, pelas intermediações de recursos entre poupadores e tomadores ou pela prestação de serviços. O subsistema de supervisão é formado pelo Conselho Monetário Nacional, Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Conselho Nacional de Seguros Privados, Superintendência de Seguros Privados, Brasil Resseguros (IRB), Conselho de Gestão da Previdência Complementar e Secretaria de Previdência Complementar. O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional e tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do País. Esse órgão atua diretamente na política econômica do país, sendo responsável pela fixação das diretrizes da política monetária, creditícia e cambial no Brasil. Ao longo da sua existência, o CMN teve diferentes constituições de membros, de acordo com as exigências políticas e econômicas de cada momento.

#### **4. O EQUÍVOCO DOS JUROS ALTOS**

A taxa de juros é tema polêmico, tendo em vista que o excesso de juros cobrados sempre foi mal visto pela população. Porém, com o total avanço do capitalismo, os juros perderam a visão desonesta, como era no passado. Segundo Resende (2019), sob a denominação comum de “taxa de juros”, existem vários conceitos que não são necessariamente iguais e são aplicados da mesma forma, que são eles: a taxa de juros nominal, a taxa de juros real, a taxa de retorno do capital e a taxa de juros natural. Dessa forma, é necessário compreender a verdadeira diferença entre esses conceitos. O primeiro conceito é meramente a taxa financeira paga sobre um dinheiro emprestado, já o segundo conceito é a taxa financeira subtraindo a inflação ou variação dos preços. O terceiro conceito é mais abstrato, é o rendimento do capital investido. A taxa de juros natural é um conceito introduzido por Knut Wicksell, em que a demanda e oferta agregadas seriam funções da taxa de juros, em que a taxa natural seria aquela que manteria os preços equilibrados.

Partindo para a realidade financeira, as taxas financeiras de juros variam segundo o risco de crédito e o prazo do contrato. Quanto maior o risco de crédito e mais longo o prazo, maior será a taxa de juros. Dessa forma, as taxas cobradas do consumidor varejista refletem qual o risco daquele recurso ser recebido no prazo e vencimentos estipulados e também a competição ou falta de competição no Sistema Financeiro.

Vemos a maior parte da mídia/políticos/consumidores criticarem as taxas de juros cobradas dos consumidores e empresários varejistas, tendo como referência a taxa básica de juros, fixada pelo Banco Central, que possui uma enorme diferença. Porém, para podermos analisar essa crítica exibida pela mídia é necessário compreendermos melhor a tão famosa Taxa Selic.

##### **4.1 Taxa Básica de Juros**

A Taxa Básica de Juros é a taxa paga ou cobrada pelo Banco Central nas reservas bancárias que são feitas através do depósito compulsório dos Bancos. É uma ferramenta da Política monetária.

Quando algum Banco possui reservas menores que as exigidas para práticas no mercado financeiro é necessário tomar recursos no Bacen – Banco Central em que

é cobrada a taxa básica de juros – Taxa SELIC. Da mesma forma que o Bacen absorve os recursos excedentes no SFN pagando essa mesma taxa.

Sendo assim, o Banco Central tem total poder em fixar a taxa básica, sendo que é necessário pautar pelo equilíbrio da economia.

É necessário compreender que a taxa básica de juros é um instrumento incapaz de controlar a liquidez da economia e sim, determinar toda a estrutura de custos da dívida pública, considerando essa afirmação, a taxa de juros deve ser fixada com o objetivo de reduzir o custo da dívida pública. Ao utilizar a taxa básica para o controle da liquidez e da inflação, os Bancos Centrais se equivocam sobre o papel da taxa de juros, visto que, utilizam um instrumento poderoso para o objetivo errado.

O Fed americano, ao manter a taxa básica de juros próxima de zero, mesmo depois que a economia deu sinais inequívocos de que estava em recuperação e que o desemprego havia caído, dá sinais de ter compreendido o que a teoria macroeconômica ainda não parece ter incorporado: a taxa básica tem pouca ou nenhuma influência sobre a inflação e muita sobre o custo da dívida e sobre o investimento. (Resende, 2019, p. 10)

## 5. SPREAD BANCÁRIO

A partir da Circular nº 2.957 de 30 dezembro de 1999 do BACEN ficou estabelecido aos bancos que devem enviar as informações sobre as operações realizadas, saldos existentes, bem como as taxas de juros praticadas. A partir desta base o BACEN apura e divulga as taxas médias ponderadas de crédito no SFN. Ao longo dos anos o BACEN vem atualizando a metodologia utilizada para calcular o spread. Desde o Relatório de Economia Bancária publicado em 2008 ficou estabelecido que o cálculo da taxa da captação dos recursos se daria a partir da estimação dos valores médios dos custos das aplicações onde se usa a média, ponderada pelos volumes, das taxas de captação dos depósitos a vista, a prazo, neste caso dada pelas taxas dos Certificados de Depósito Bancário (CDB) de cada banco, e de poupança de todas as instituições financeiras como parâmetro de captação, para deduzir dos juros e se obter o spread. O valor percentual apresentado como spread não representa diretamente o lucro das instituições financeiras. Ao realizarmos a decomposição do spread são deduzidos os diversos custos da operação, e da instituição, para obter-se o spread líquido, ou margem líquida. Assim o spread bancário médio das operações de crédito a taxas prefixadas do segmento livre passa a ser dividido em parcelas atribuídas, conforme segue:

**Custos Administrativos:** Corresponde à parcela do spread bancário originada do custeio de despesas com a manutenção do processo produtivo das instituições financeiras, por exemplo, as vinculadas ao fator trabalho (salários, honorários, treinamentos, encargos e benefícios) e à utilização de recursos operacionais (água, energia, comunicações, material de escritório, processamento de dados, propaganda e publicidade, seguro, vigilância, transporte, dentre outros). A estimação deste valor é calculada a partir de uma função custo para o setor bancário, e a alocação dos custos administrativos para cada produto, por intermédio do algoritmo de Aumann-Shapley.

**Inadimplência:** Se refere à estimativa de perdas esperadas em virtude do não pagamento por parte dos tomadores de crédito, ou seja, ao montante que deve ser provisionado para resguardar o patrimônio das instituições financeiras. É estimado com base nas classificações de risco das carteiras de empréstimo dos bancos e nas 10 respectivas provisões mínimas (segundo os parâmetros constantes da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999).

Compulsórios e Subsídio Cruzado: Aqui se considera o custo nominal de captação de cada tipo de depósito recebido pelas instituições financeiras, descontadas as receitas auferidas em virtude dos respectivos recolhimentos compulsórios. Neste ponto, cabe lembrar que a maior parte dos recolhimentos compulsórios é remunerada, portanto, ao contrário do que aparentemente prevalece em muitas análises, não se deve esperar contribuição expressiva dos recolhimentos obrigatórios na formação do spread bancário. Com relação ao subsídio cruzado considera-se o custo efetivo de captação das fontes de financiamento do crédito rural e habitacional para cada instituição financeira, levando em conta as alíquotas de direcionamento aplicáveis a cada modalidade de depósito. Cabe destacar ainda que, a estimação dos efeitos dos subsídios cruzados sobre o spread é com base no resultado líquido das receitas provenientes das operações direcionadas, para cada instituição financeira, ou seja, com base na receita bruta deduzida dos custos (administrativos, de inadimplência e tributários, os quais foram computados seguindo a mesma metodologia de estimação utilizada no caso das operações de crédito livre).

Encargos Fiscais e FGC: Corresponde à soma dos efeitos das contribuições obrigatórias para o FGC e de tributos incidentes sobre a concessão de crédito e sobre os resultados auferidos nessas operações como o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Nos cálculos há fórmulas que separam os tributos segundo as respectivas bases de cálculo (rendas advindas da concessão de créditos livres, de direcionados e dos recolhimentos compulsórios). Também foram incorporadas as estimativas do custo das contribuições para o FGC (decorrentes de captações por intermédio de depósitos a vista, a prazo e/ou de poupança), considerando-se a incidência mensal desse encargo durante o prazo das operações.

Impostos Diretos: No que se refere à cunha fiscal cabe destacar que o peso das obrigações relativas à Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculado banco a banco, sobre as receitas líquidas provenientes de operações de crédito livre, de crédito direcionado e de recolhimentos compulsórios.

Margem (bruta e líquida), erros e omissões: Engloba além da margem de lucro das instituições financeiras, eventuais erros de estimação e ou de mensuração.

## **6. METODOLOGIA**

Com relação aos fundamentos teóricos metodológicos esta pesquisa possui caráter documental que desenvolveu por meio de uma abordagem mista, seja quantitativa e qualitativa, do tipo descritivo. Segundo Gil (2007), a pesquisa documental utiliza-se de fontes documentais que ainda não receberam tratamento analítico e interpretativo e que oferecem informações valiosas a respeito do objeto em estudo. E a pesquisa descritiva procura observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos ou fenômenos (variáveis) sem que o pesquisador interfira neles ou os manipule, conforme Gil (2008).

As fontes documentais utilizadas foram o conjunto de informações constantes no sistema de informações do Banco Central através do site disponibilizado por esse órgão. Como também, as informações de lucros das Instituições Financeiras selecionadas através de suas páginas na internet. Foram escolhidas informações pertinentes para esse trabalho como histórico das taxas de juros nas modalidades de crédito mais utilizadas, como crédito pessoal e cheque especial para pessoas físicas e conta garantida para pessoas jurídicas. Assim como, o histórico da taxa SELIC e histórico dos lucros.

Nesse estudo, entende-se que a pesquisa quantitativa é um método de pesquisa social que utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas, tais como percentual, média, desvio padrão. Portanto, a pesquisa quantitativa é conseguida na busca de resultados exatos evidenciados por meio de variáveis preestabelecidas, em que se verifica e explica a influência sobre as variáveis, mediante análise da frequência de incidências e correlações estatísticas (Michel, 2005). Segundo o mesmo autor, a pesquisa qualitativa não se pode pretender encontrar a verdade com o que é certo ou errado, ou seja, devemos ter como primeira preocupação à compreensão da lógica que permeia a prática que se dá na realidade. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Dessa forma, o uso complementar de ambas as abordagens torna a pesquisa mais útil para o estudo do objeto discutido nesse trabalho.

Para constituição do corpus da pesquisa realizou-se dois levantamentos distintos:

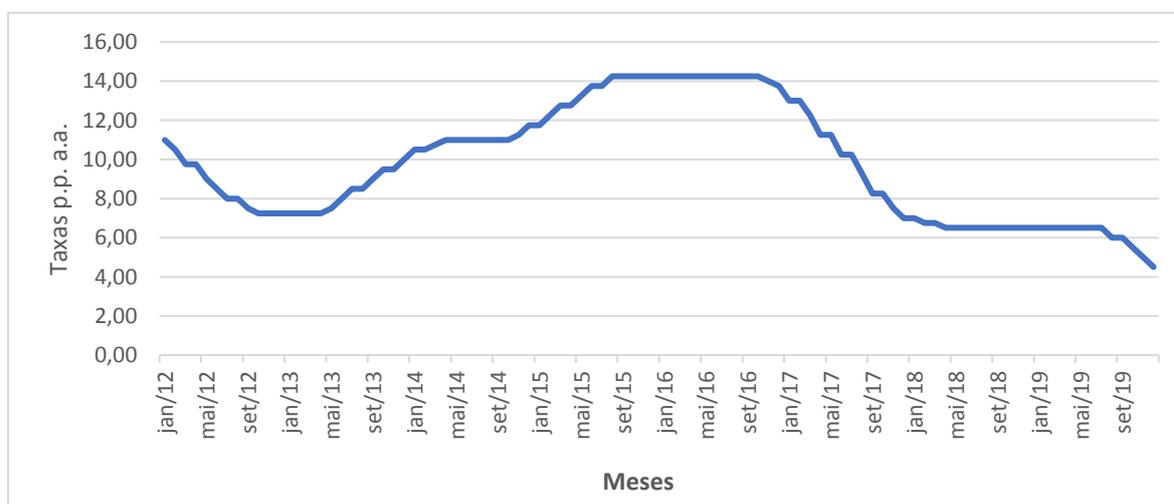
- a. As informações dos lucros líquidos das instituições por meio dos demonstrativos de resultado e balanços patrimoniais divulgados pelos bancos em suas páginas na internet;
- b. O histórico das taxas de juros das modalidades previstas e da taxa Selic.

Para coleta dos dados foi utilizado o recorte temporal de 8 anos, de 2012 a 2019, pelo fato de se tratar de um período recente em que no início a economia brasileira estava em alta e a partir de 2014 começou uma crise econômica. Os dados anteriores a 2012 não eram interessantes serem analisados, tendo em vista se tratar de dados antigos. Vale ressaltar que para levantar os lucros líquidos das instituições financeiras o recorte temporal foi de 7 anos, pois no momento da coleta os dados de 2019 não estavam disponíveis.

## 7. ANÁLISE DOS DADOS

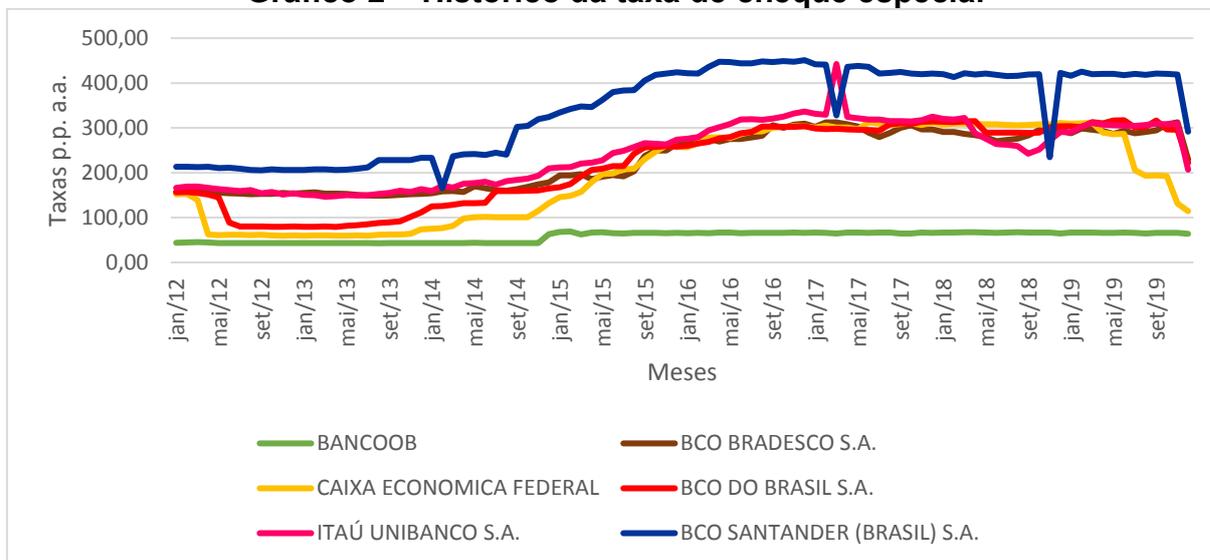
Levantamos o histórico da taxa básica de juros – SELIC para comparar as movimentações das taxas de juros das modalidades de crédito estudadas. Observamos no gráfico 1, uma queda de janeiro de 2012 a novembro de 2012, uma alta de abril de 2013 a maio de 2015 e posteriormente uma nova queda até o último mês analisado (dezembro de 2019).

**Gráfico 1 – Histórico da taxa SELIC**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados divulgados pelo Bacen.

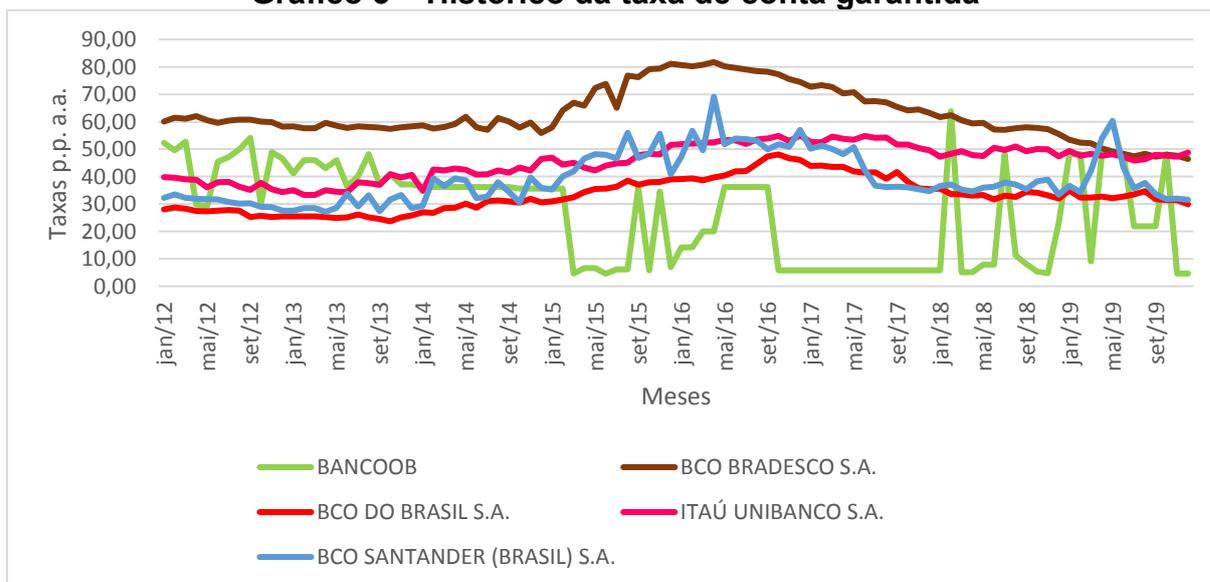
**Gráfico 2 – Histórico da taxa de cheque especial**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados divulgados pelo Bacen.

Observa-se no gráfico 2 o Sistema Cooperativo do Brasil possui a menor taxa de cheque especial entre as instituições financeiras analisadas. O sistema privado (Itaú Unibanco, Banco Bradesco e Santander) com as maiores taxas. E o sistema público (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) possui taxas intermediárias. Além de observar uma alta nas taxas a partir de abril de 2013 acompanhando o movimento SELIC e apesar da SELIC ter abaixado a partir de setembro de 2016, as taxas de cheque especial não acompanharam a queda. Isto, supostamente, revela que o setor bancário brasileiro apresenta-se muito concentrado permitindo esta rigidez na oferta desta modalidade de crédito.

**Gráfico 3 – Histórico da taxa de conta garantida**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados divulgados pelo Bacen.

A conta garantida é uma modalidade de capital de giro a curto prazo, onde há um crédito rotativo específico com um limite máximo pré-estabelecido e disponível

para saque, semelhante a um cheque especial que é disponibilizado para pessoas físicas. Basicamente, é um contrato de abertura de crédito que o banco concede às pessoas jurídicas. Verificamos que não havia disponível no site do Banco Central as taxas dessa modalidade da Caixa Econômica Federal. Supomos que esta forneça esse crédito com outro nome específico. Por esse motivo, não há dados da Caixa no gráfico 3.

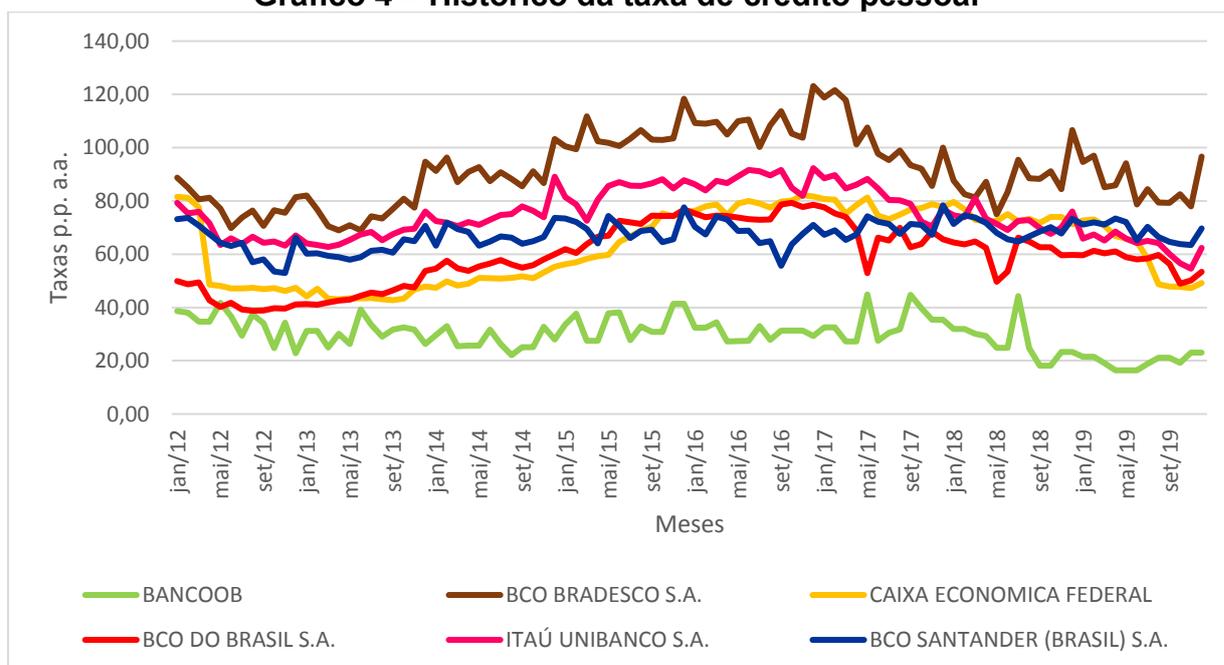
Percebemos no gráfico 3 o mesmo movimento do cheque especial para a conta garantida; alta a partir de abril de 2013 acompanhando o mesmo movimento da taxa SELIC.

O Bancoob possui as taxas mais voláteis. Em momentos muito altas (ocupando a colocação de segunda instituição financeira com taxa mais alta) e em outros momentos muito baixas (ocupando a colocação da taxa mais baixa entre as Instituições estudadas).

O setor privado ocupa a posição de taxas mais altas, sendo que o Banco Bradesco ocupa sempre a posição de taxas mais altas.

O Banco do Brasil possui as taxas mais estáveis, trabalhando por maior tempo com as taxas mais baixas. O setor público tem maior eficiência na oferta dessa modalidade aos tomadores.

**Gráfico 4 – Histórico da taxa de crédito pessoal**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados divulgados pelo Bacen.

O crédito pessoal é uma modalidade oferecido às pessoas físicas sem necessidade de mostrar o destino do dinheiro.

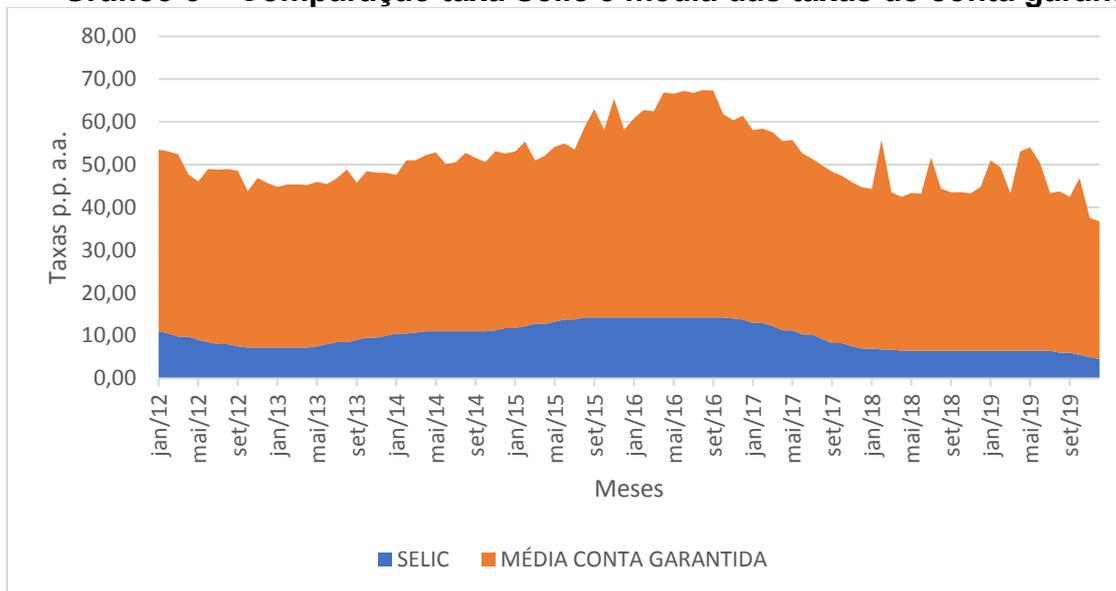
Quanto às taxas de crédito pessoal praticadas pelas instituições, verificou-se no gráfico 4 que os bancos privados e públicos possuem o mesmo movimento nas demais modalidades; alta a partir de abril de 2013 acompanhando o mesmo movimento da taxa SELIC.

O Bancoob possui taxas mais estáticas e sempre mais baratas se comparado às demais instituições financeiras.

O setor privado possui as taxas mais caras sendo liberado pelo Banco Bradesco e Banco Itaú.

O setor público (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) possui as taxas intermediárias.

**Gráfico 5 – Comparação taxa Selic e média das taxas de conta garantida**

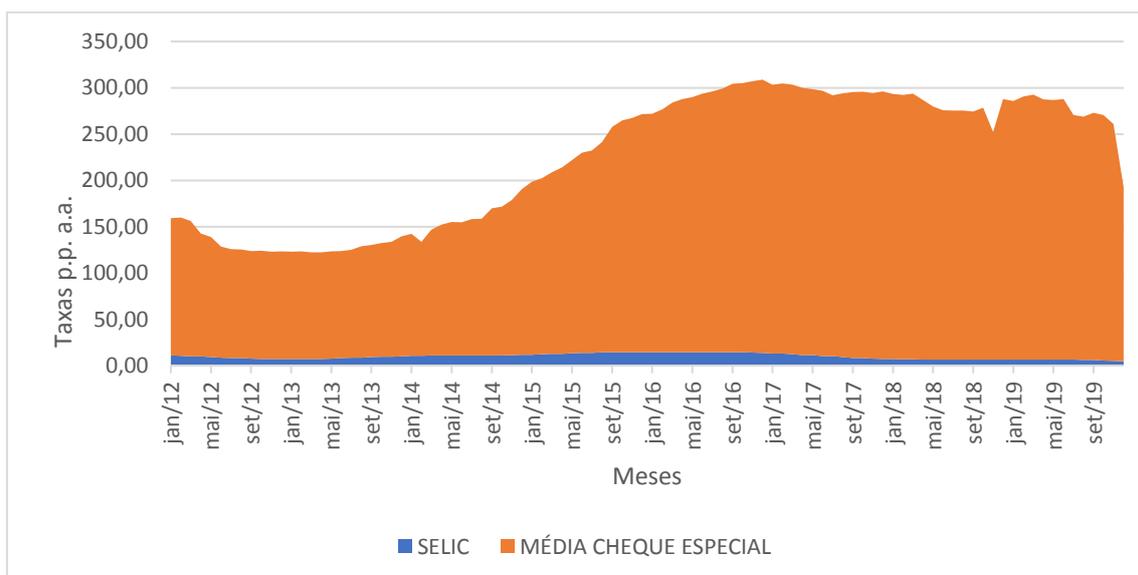


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados divulgados pelo Bacen.

Para comparar o movimento da taxa Selic com a movimentação das taxas de conta garantida foi feito a média praticada por todas as instituições financeiras analisadas, como apresentado no gráfico 5.

Verificamos que as taxas de conta garantida mantiveram estabilidade razoável com a movimentação da taxa Selic, tendo em vista oscilações pontuais.

**Gráfico 6 – Comparação taxa Selic e médias das taxas de cheque especial**

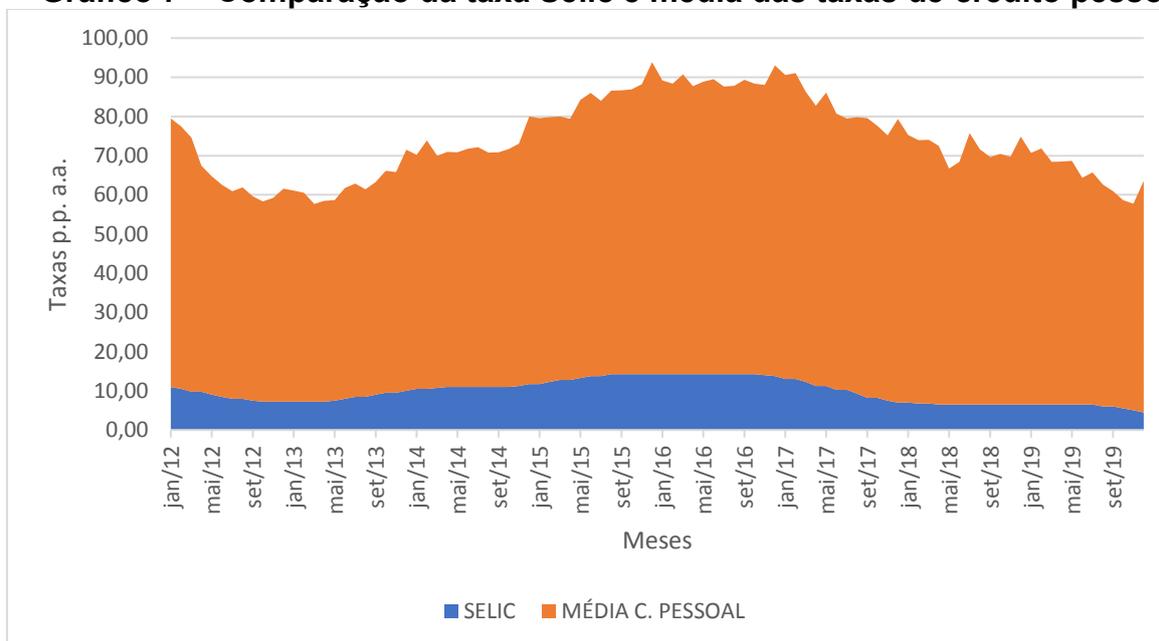


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados divulgados pelo Bacen.

Para comparar o movimento da taxa Selic com a movimentação das taxas de cheque especial foi feito a média praticada por todas as instituições financeiras analisadas, como apresentado no gráfico 6.

Verificamos que não houve acompanhamento das taxas de cheque especial com a movimentação da taxa Selic, tendo em vista que no primeiro movimento de subida da taxa Selic, as taxas de cheque especial subiram visivelmente e posteriormente não houve redução.

**Gráfico 7 – Comparação da taxa Selic e média das taxas de crédito pessoal**



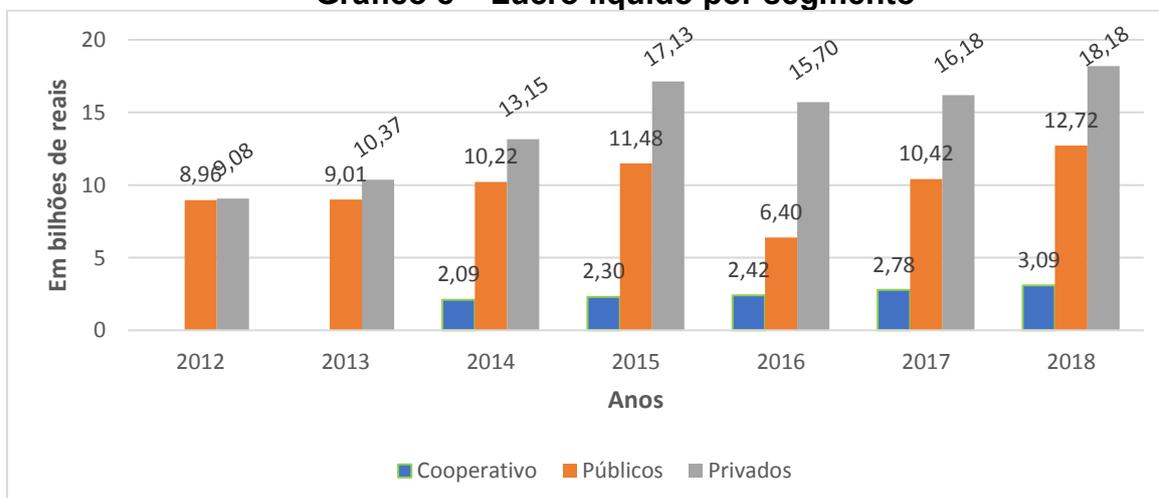
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados divulgados pelo Bacen.

Para comparar o movimento da taxa Selic com a movimentação das taxas de crédito pessoal foi feita a média praticada por todas as instituições financeiras analisadas, conforme apresentado no gráfico 7.

Verificamos que houve uma correlação mais perfeita com a evolução da taxa Selic se comparado às demais modalidades.

Foi calculada a correlação linear entre a taxa SELIC e a média de taxas das modalidades analisadas e encontramos os seguintes dados: 0,67 – conta garantida, 0,10 – cheque especial e 0,68 – crédito pessoal. Esses números demonstram que a conta garantida e o crédito pessoal possuem uma correlação razoável. O cheque especial uma correlação quase nula, o que significa que a SELIC não influencia nessa modalidade.

**Gráfico 8 – Lucro líquido por segmento**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados divulgados pelo Bacen.

O setor cooperativista está sem dados nos anos de 2012 e 2013 pelo fato dos pesquisadores não terem encontrado dados públicos desse período conforme demonstrado no gráfico 8.

Verificamos que os lucros das instituições financeiras estão crescendo a cada ano apesar das crises econômicas vivenciadas, verificada pelo baixo crescimento do PIB dos últimos 5 anos.

Destacamos que os bancos privados possuem os maiores lucros, o segmento público possui lucros intermediários e o segmento cooperativista o menor lucro.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao realizar uma pesquisa documental sobre o histórico de lucros das instituições financeiras buscamos compreender qual o segmento é mais eficiente e competitivo. Para isso, levantamos o histórico da taxa Selic e o histórico das taxas de juros praticadas pelo sistema financeiro privado, estatal e cooperativista.

A partir desse levantamento, observou-se que a taxa básica de juros do Banco Central – Selic tem pouca ou razoável influência nas taxas praticadas pelo segmento bancário tendo em vista o índice de correlação ser menor que 0,85. E conseqüentemente, não há influência nos lucros das instituições, pois a curva de lucros é ascendente mesmo com a Selic em baixa e o cenário econômico brasileiro em declínio.

Em relação a eficiência e competitividade das taxas de juros praticadas pelos bancos, verificamos que o segmento cooperativista possui taxas mais eficientes para com os correntistas. Ao observar que as taxas de crédito pessoal e cheque especial estão sempre abaixo das praticadas pelas outras instituições estudadas. Percebemos uma variação nas taxas de conta garantida, por causa de altas oscilações. Supostamente pelo fato do setor cooperativista não estar disposto a oferecer esse crédito em determinadas ocasiões, sendo objeto de estudo posterior. O segmento público é o segundo mais eficiente no sentido de beneficiar os tomadores correntistas e o privado é o menos eficiente. E por consequência, o setor cooperativista possui lucros menores, o setor público lucros intermediários e o setor privado lucros maiores.

Essa conclusão vai a encontro parcial da hipótese da pesquisa, pois partimos do pressuposto que as taxas de juros do sistema cooperativista eram mais baixas do que dos demais segmentos bancários, validando a hipótese. Mas em relação a influência da movimentação da taxa Selic quanto as taxas praticadas no setor bancário, percebemos razoável interferência, contraponto o suposto inicial (total influência).

## 9. REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.  
BANCOOB. **Demonstrações Financeiras**. Disponível em:  
<<https://www.bancoob.com.br/publicacoes/category/12-demonstracoes-contabeis>>.  
Acesso em: 07/06/2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Histórico das taxas de juros por modalidade.  
Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/txjuros>> Acesso em 08/06/2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Circular nº 2957. Disponível em:  
<[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1999/pdf/circ\\_2957\\_v2\\_p.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1999/pdf/circ_2957_v2_p.pdf)> Acesso  
em 08/06/2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução nº 2682. Disponível em:  
<[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res\\_2682\\_v2\\_L.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf)> Acesso em  
08/06/2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Taxas de juros básicas – histórico. Disponível  
em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>> Acesso em  
08/06/2020.

BANCO DO BRASIL. **Demonstrações Contábeis**. Disponível em:  
<<https://ri.bb.com.br/informacoes-financeiras/demonstracoes-contabeis-em-ifrs/>>  
Acesso em: 07/06/2020.

BRADESCO. Relação com Investidores. Disponível em:  
<[https://www.bradesco.com.br/siteBradescoRI/Paginas/informacoesaomercado/191\\_relatorioseplanilhas.aspx](https://www.bradesco.com.br/siteBradescoRI/Paginas/informacoesaomercado/191_relatorioseplanilhas.aspx)> Acesso em 07/06/2020.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Relação com Investidores**. Disponível em:  
<<http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/relacoes-com-investidores/central-resultados/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 07/06/2020.

COSTA, F. N. **Spread Bancário: Multiprodutos, Concorrência e Nichos de Mercado**. 2018. Disponível em:  
<<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2018/09/10/spread-bancario-multiprodutos-concorrancia-e-nichos-de-mercado/>>. Acesso em: 25/09/2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007 e 2008, p. 208.

ITAÚ. Relação com Investidores. Disponível em:  
<<https://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores/Home.aspx?linguagem=pt>>  
Acesso em: 07/06/2020.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005.

RESENDE, A. L. **O equívoco dos juros altos**. Valor Econômico, 09.08.2019.

SANTANDER. Relações com Investidores. Disponível em:  
<<https://www.santander.com.br/ri/home>> Acesso em 07/06/2020.

SICOOB. **Sicoob encerra 1º semestre de 2018 com crescimento de 20% em operações de crédito**. Disponível em:  
<<https://cooperativismodecredito.coop.br/2018/08/sicoob-encerra-1o-semester-de-2018-com-crescimento-de-20-em-operacoes-de-credito/>>. Acesso em: 25/09/2019.